

# A ENFERMEIRA CARLOS CHAGAS: ALUNAS DIPLOMADAS PELA ESCOLA DE ENFERMAGEM CARLOS CHAGAS NO PERÍODO DE 1933 A 1950

CARLOS CHAGAS NURSE: STUDENTS GRADUATING FROM THE CARLOS CHAGAS SCHOOL OF NURSING SCHOOL FROM 1933 TO 1950

LA ENFERMERA CARLOS CHAGAS: ALUMNAS DIPLOMADAS POR LA ESCUELA DE ENFERMERAS CARLOS CHAGAS ENTRE 1933 Y 1950

Geralda Fortina dos Santos<sup>1</sup>  
Flavio Cesar Rodrigues<sup>2</sup>  
Sílvia Madeira Lima<sup>2</sup>

---

## RESUMO

Trata-se de uma pesquisa descritiva com o objetivo de caracterizar o perfil das alunas diplomadas pela Escola de Enfermagem Carlos Chagas no período de 1933 a 1950. As fontes primárias utilizadas no estudo foram provenientes da Seção de Ensino e do Centro de Memória da Escola de Enfermagem da UFMG. De um total de 150 fichas de inscrição analisadas, foi constatado que o perfil da aluna diplomada se configurou como: mulher; solteira; de 20 a 30 anos de idade; professora primária com curso normal, que desconhecia o trabalho da enfermeira antes do ingresso ao curso, proveniente do interior do Estado de Minas Gerais e que professava a religião católica.

**Palavras-chave:** História da Enfermagem; Escolas de Enfermagem; Educação em Enfermagem; Educação Superior; Enfermeiras

## ABSTRACT

This is descriptive research with the objective of describing the profile of students graduating from the Carlos Chagas School of Nursing from 1933 to 1950. The primary sources came from the Registrar's Office and the School Memoirs Center of the School of Nursing of the UFMG. Out of a total 150 files which were examined, we found that the profile of alumni is that of a single woman, aged between 20 and 30 years old, qualified as a primary school teacher, who had no idea what was involved in nursing before starting the course. They are from the interior of the State of Minas Gerais and are Catholics.

**Key-words:** History of Nursing; Schools, Nursing; Education, Nursing; Education, Higher; Nurses

## RESUMEN

Se trata de una investigación descriptiva cuyo objetivo es caracterizar el perfil de las alumnas diplomadas por la Escuela de Enfermería Carlos Chagas entre 1933 y 1950. Las fuentes primarias para dicho estudio provienen de la Sección de Enseñanza y del Centro de Memoria de la Escuela de Enfermería de la UFMG. De un total de 150 formularios de inscripción analizados se constata que el perfil de la alumna diplomada era el de una mujer soltera entre 20 y 30 años, católica, maestra primaria con curso normal, oriunda del interior del Estado de Minas Gerais, que desconocía el trabajo de enfermería antes de ingresar en el curso.

**Palabras clave:** Historia de la Enfermería; Escuela de Enfermería; Educación en Enfermería; Educación Superior; Enfermeras

---

<sup>1</sup> Enfermeira. Professora da Escola de Enfermagem da UFMG, membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Quotidiano em Saúde – NUPEQS-MG. Doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da UFMG.

<sup>2</sup> Alunos de Graduação de Enfermagem da UFMG, bolsistas de iniciação científica, PRPq/CNPq.  
Endereço para correspondência: Av. Alfredo Balena, 190,  
CEP: 30130-100, Belo Horizonte-MG E-mail: gfortina@enf.ufmg.br

## INTRODUÇÃO

A Escola de Enfermagem Carlos Chagas – EEC –, denominação até 1968 da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, foi criada em 7 de julho de 1933, pelo Decreto nº 10.952<sup>(1)</sup>, no governo de Olegário Maciel. A sua criação contou com a iniciativa da Diretoria de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais e da Diretoria da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais. Após os entendimentos ocorridos entre as duas instituições, os seus respectivos Diretores, Dr. Ernani Agrícola e Dr. Antonio Aleixo, devidamente autorizados — o primeiro pelo Secretário de Educação e Saúde Pública do Estado e o segundo pela Congregação da Faculdade de Medicina —, assinaram um contrato contendo as instruções para a instalação e funcionamento da Escola.

Desde sua criação até 1948, a EEC subordinava-se, administrativa e financeiramente, à Secretaria de Educação e Saúde do Estado de Minas Gerais: de 7 de julho de 1933 a 2 de junho de 1946 à Diretoria de Saúde Pública e de 3 de junho de 1946 a 3 de abril de 1948 ao Departamento Estadual de Saúde. De abril de 1948 a dezembro de 1950 esteve vinculada à Escola de Saúde Pública da Secretaria de Saúde e Assistência do Estado de Minas Gerais. Durante quase todo esse período, teve como sede administrativa o Hospital São Vicente de Paulo, atual Hospital das Clínicas da UFMG. Foi anexada à Faculdade de Medicina em 4 de dezembro de 1950, pela Lei nº 1.254<sup>(2)</sup> que federalizou a Faculdade e, conseqüentemente, a EEC, o que culmina por atender ao disposto na Lei nº 775<sup>(3)</sup>, primeira legislação que regulamenta o ensino de enfermagem no Brasil. O Art. 20 dessa Lei diz que, em cada Centro Universitário ou sede de Faculdade de Medicina, deverá haver uma escola de enfermagem. Em 12 de fevereiro de 1968 a Escola torna-se uma unidade autônoma, integrada à UFMG.

Antes mesmo da assinatura do decreto de criação da EEC, a imprensa mineira começou a noticiar o grande empreendimento que a Diretoria de Saúde Pública acabara de acordar com a Faculdade de Medicina. Em 5 de julho de 1933, o Estado de Minas publica uma matéria intitulada "Uma modelar escola de enfermagem"<sup>(4)</sup>, na qual há informações sobre "um contrato para instalação de uma escola de enfermagem nos moldes da Escola Oficial Padrão 'Anna Nery'". Duas outras matérias foram publicadas no Minas Gerais em 6 de julho de 1933.<sup>(5)</sup> A primeira, intitulada "Escola de Enfermeiras" trata de aplaudir, "a iniciativa tomada pela Diretoria de Saúde Pública, inaugurando desse modo uma nova etapa de aperfeiçoamento sanitário de real e incontestável interesse coletivo". Trata, também, das condições estabelecidas entre as partes contratantes e diz que a Escola vai dar uma orientação técnica aos serviços de enfermagem do Estado, o que "representa um papel capital nas organizações sanitárias". A segunda matéria, publicada na Sessão de Editais, trata das condições de matrícula e dos critérios exigidos das candidatas ao curso de enfermagem.

A partir dessas matérias, verifica-se a preocupação do Estado em divulgar, por intermédio do principal meio

de comunicação da época, os empreendimentos realizados. Era uma forma de manter a população, pelo menos aquela letrada e com acesso à imprensa escrita, informada sobre os feitos pelo governo. Ao mesmo tempo em que jornais divulgavam as condições contratuais entre duas instituições do Estado, que estabeleceram parcerias para a criação de uma escola de enfermagem "em prol da saúde do nosso povo", começava a ser delineado o perfil da aluna que, depois de formada, seria incorporada nos quadros de pessoal técnico de saúde dos órgãos estaduais.

A profissionalização da enfermagem, em Minas Gerais, baseada no "Sistema Nightingale", com a instalação da EEC, ocorre dez anos após a institucionalização da profissão no País. Em 1923, uma Missão de cooperação técnica de enfermeiras norte-americanas financiada pela Fundação Rockefeller organizou, no Rio de Janeiro, então Capital Federal, a Escola de Enfermagem Anna Nery de acordo com esse modelo de ensino de enfermagem.<sup>(6)</sup>

A primeira escola de enfermagem foi fundada na Inglaterra, por Florence Nightingale, em 1860, vinculada ao Hospital São Thomas. Ao ser instituída como profissão, a enfermagem surge marcada pela divisão técnica e social do trabalho, apresentando duas categorias distintas: as nurses e as ladies nurses. As primeiras, provenientes de classe sociais mais baixas, eram preparadas para exercer as atividades mais elementares da enfermagem, relacionadas ao cuidado direto do paciente, o serviço mais "grosso" da enfermagem. Já as segundas, oriundas de classe social mais abastada, era destinado o trabalho "nobre" da enfermagem, as atividades de supervisão, administração e ensino, portanto, ligadas indiretamente ao cuidado do paciente.

A EEC é a segunda escola de enfermagem do País, criada sob a inspiração desse modelo nightingaleano de ensino. Um modelo de formação inspirado na racionalidade científica moderna que "ao romper com uma prática de saúde anterior desvinculada de qualquer formação oficial e treinamento específico, tenta se aproximar de uma auréola de cientificidade, de técnicas e procedimentos adquiridos somente às custas de um exaustivo treinamento escolar".<sup>(7:27)</sup> Um treinamento que buscava desenvolver nas alunas um espírito vocacional e submisso e que deveria se manifestar em comportamentos de "respeitabilidade, obediência, delicadeza, submissão, destreza no trabalho pesado, lealdade, passividade e religiosidade".<sup>(8:51)</sup>

No Brasil, os estudos historiográficos revelam que a enfermagem foi e é uma profissão predominantemente feminina, que possui um corpo de conhecimentos construído a partir de ações do "cuidar", acumuladas ao longo do tempo e transmitido de geração para geração — de mãe para filha<sup>(9)</sup>, e que, posteriormente, esse conhecimento foi sistematizado por Florence Nightingale, no século XIX, na Inglaterra vitoriana e difundido para todo o mundo. Assim, pode-se afirmar que a "Revolução Nightingale" estabeleceu o marco da enfermagem moderna no mundo e constitui fato aceito e reconhecido pelas escolas de enfermagem brasileiras.<sup>(7)</sup>

A historiografia da enfermagem nos mostra, também, que Florence Nightingale instituiu critérios de seleção das candidatas ao curso de enfermagem extremamente rigorosos. Exigia-se, além de conhecimentos gerais, uma conduta moral exemplar e origem socio-econômica mais elevada. A sua proposta de escola de enfermagem trazia algumas soluções corretivas para esta questão, sobretudo quanto ao comportamento moral das enfermeiras, no que dizia respeito às candidatas ao curso, sua procedência social, seus hábitos de vida, seu comportamento no espaço público e no privado. E a proibição draconiana à expressão da sexualidade e à vida sexual, eram atributos tão necessários para tornar-se enfermeira quanto o era a formação profissional.<sup>(10)</sup>

Os rigorosos critérios para a seleção das candidatas ao curso de enfermagem, por um lado, eram justificados por ser uma forma de instituir uma profissão para a mulher em uma sociedade em que o seu lugar era o espaço privado, o espaço do lar, submissa ao marido. Isto é, para participação da mulher na sociedade, nos espaços públicos, mesmo que fosse com o perfil de mulher privada, era necessário que fosse integrada a uma categoria profissional legitimada por essa sociedade. Por outro lado, e como parte do mesmo processo, a rigorosa seleção era uma forma de moralizar a emergente profissão, que no imaginário social, detinha uma imagem cheia de preconceitos, com diversos estereótipos e valores negativos. A conotação negativa relacionada com a prática da enfermagem e com os seus exercentes tem origem no período da Reforma Protestante, entre o declínio do feudalismo e ascensão do capitalismo. Assim, na época de sua institucionalização como profissão, na Inglaterra vitoriana, a enfermagem era exercida por pessoas desqualificadas e de conduta moral duvidosa. Era necessário, portanto, moralizar a profissão, modificar as representações negativas sobre a enfermagem, sobre a sua prática e, sobretudo, sobre a imagem da enfermeira. O rigor da escola e dos critérios seletivos eram justificados, portanto, diante de uma imoralidade proverbial da profissão. Pois, qualquer deslize e passo em falso por menores que fossem, fariam cair a esperança da reforma da enfermagem; e a elevação de seu status social seria retardada por muitos anos. O futuro da profissão iria depender das alunas – futuras enfermeiras.<sup>(11)</sup> Era necessário, em suma, construir uma identidade profissional da enfermeira "em um contexto mundial onde a figura da mulher, enquanto construção de gênero, está carregada de representações e ideologias que restringem sua participação na sociedade".<sup>(12)</sup>

No Brasil, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século passado, a prática da enfermagem nos hospitais foi organizada em torno de uma dicotomia: religiosa e secular. As representações sobre a prática da enfermagem foram construídas de acordo com esses dois aspectos. Se era exercida por religiosos, caracterizava-se por um trabalho missionário, sacrificado e sublime; se era praticada por pessoas laicas, era considerada um trabalho manual subalterno, semelhante ao de empregados domésticos. As Santas Casas de Misericórdia representavam, nesse período, quase que o único tipo de hospital

do país. Assim, a prática de enfermagem, exercida por religiosos e por leigos, com pouca ou nenhuma formação escolar, tornou-se institucionalizada.<sup>(11)</sup>

Diante do exposto, e do nosso interesse em estudos que tratam dos aspectos históricos da enfermagem e, particularmente, daqueles que dizem respeito à história da EECC, nos propusemos a elaborar este trabalho partindo de algumas indagações: Quem eram as alunas da EECC? Qual era a procedência das candidatas? Quais eram as condições exigidas das candidatas para a sua admissão ao curso? Como era realizado o processo de seleção? Os critérios de seleção proporcionaram o delineamento de um perfil das alunas diplomadas pela EECC? Assim, o presente estudo teve como objetivo caracterizar o perfil das alunas diplomadas pelo Curso de Enfermagem da Escola de Enfermagem Carlos Chagas, no período de 1933 a 1950.

### **ORIENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA**

Este estudo é do tipo descritivo e se coloca na perspectiva da pesquisa histórica. As fontes de pesquisa analisadas fazem parte da Sessão de Ensino e do Centro de Memória da Escola de Enfermagem da UFMG. Constituíram-se, basicamente, das fichas de inscrição das candidatas ao curso de enfermagem e dos dados registrados em livro de matrícula. Do ano de 1936, em que ocorreu a primeira formatura, até 1950, a Escola diplomou 159 alunas. No entanto, não foram encontradas nove fichas de inscrição. Assim, foram analisadas todas as fichas de inscrição das alunas diplomadas pela EECC no período estudado, e que estavam disponíveis, perfazendo o total de 150 fichas. No caso da escolaridade das alunas, os históricos escolares foram consultados sendo possível trabalhar com o universo de 159 alunas. Por meio dos dados contidos nas fichas de inscrição e no livro de matrícula, pode-se fazer o levantamento dos seguintes itens: idade, estado civil, escolaridade, ocupação, preparo anterior em enfermagem, naturalidade, religião e condição de saúde.

O período estudado tem como marco inicial a criação da Escola em 1933 e o final, no ano de 1950, quando a EECC foi anexada à Faculdade de Medicina. Partiu-se do pressuposto de que tal período representou o espaço-tempo necessário para consolidação da EECC como uma unidade educativa de enfermagem de extrema importância no movimento de reorganização das instituições de assistência à saúde da população, e daquelas de formação de pessoal técnico da área, no Estado de Minas Gerais. Foi, também, durante esse período, em 1942, que a EECC obteve o reconhecimento em âmbito nacional de acordo com os ditames legais da época. Ademais, foi dirigida, nessa época, por duas enfermeiras leigas que se destacaram no universo da enfermagem brasileira: Laís Netto dos Reys (1933-1938), organizadora da Escola e sua primeira diretora, e Waleska Paixão (1939-1948). Pode-se afirmar que a gestão dessas diretoras, nesse período, imprimiu na Escola uma marca distinta, uma vitalidade institucional, principalmente pelo fato de as adminis-

trações posteriores, de julho de 1949 a março de 1967, terem permanecido sob a direção de religiosas e a Escola anexada à Faculdade de Medicina, o que, possivelmente, provocou uma "descentração"<sup>(13)</sup> da identidade institucional. Desse modo, tal recorte temporal se justifica pelo fato de se entender que, nesse período, ocorreu a constituição de um perfil profissional que se manifestou no conjunto de comportamentos, saberes e fazeres que conformaram o ser-fazer-enfermagem implantado na EECC. Em outras palavras, ocorre a institucionalização de uma escola como espaço de produção e reprodução de uma cultura que modela a formação técnica e moral das alunas, e como espaço produtor e reproduzidor de comportamentos, atitudes, valores e formas de ver e interpretar o mundo.

Após a coleta, os dados foram tratados e apresentados de acordo com a estatística descritiva, com distribuição de frequência simples (Fi), sendo discutidos com base no referencial bibliográfico tendo como referência o contexto e a dimensão histórica.

## OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO NA ENFERMAGEM

Historicamente, a enfermagem foi institucionalizada em todo mundo como uma profissão feminina. Até os dias atuais mantém-se com o predomínio de mulheres. É curioso observar que nas fichas de inscrição ao curso de enfermagem na EECC não era exigido e nem havia espaço para o registro de sexo.

De acordo com Miranda<sup>(10)</sup>, Florence Nightingale — mito mundial da enfermagem e principal precursora da enfermagem moderna — foi uma mulher que entendeu que uma das possibilidades de ser *uma mulher normal, sem ser casada e sem ser mãe*, no século XIX, era ser enfermeira (grifos nossos). Não obstante, a própria Nightingale afirma: "utilizo a palavra enfermagem por falta de outra melhor".<sup>(14:14)</sup>

Na verdade, é impressionante como uma simples palavra "enfermeira" seja motivo de tanta polêmica. Uma Comissão de Educação foi instituída pelo Conselho Internacional de Enfermagem com o objetivo de propor um programa educativo "bem organizado" e colocá-lo à disposição das escolas de enfermagem de todos os países. Nos estudos realizados por essa Comissão, no período de 1929 a 1933, foi observado que em alguns países não havia, no vocabulário, uma palavra para designar "enfermeira", e, que em outros, o termo usado limitava-se ao serviço hospitalar ou ao cuidado dos doentes e feridos, o que exigia usar um outro termo, ou dar um novo significado ao existente. Um exemplo encontrado foi a antiga palavra inglesa "Nursing" que, originalmente, quer dizer criar, nutrir, ou seja, a proteção cuidada dada pela mãe a seu filho. Posteriormente, o uso dessa palavra foi estendido para abranger o cuidado de pessoas de todas as idades e em todas as condições do seu ciclo vital.<sup>(15)</sup>

Um outro fato interessante desse estudo é que a Comissão reconhecia que "tanto homens como mulheres ocupam-se em enfermagem, portanto, não é uma vocação limitada ao sexo, mas desde que uma proporcão

muito pequena de enfermeiros são homens, este estudo tratará do assunto mais sob o ponto de vista de enfermeira mulher".<sup>(15:16)</sup>

No processo de implantação da profissionalização da enfermagem no Brasil e com vistas à construção de uma identidade da enfermeira brasileira, as enfermeiras da missão norte-americana enfatizavam a precariedade das práticas de enfermagem no País e as comparavam aos padrões anglo-saxônicos vigentes à época da institucionalização da enfermagem na Inglaterra. Assim, tinham urgência em revê-las e profissionalizá-las com a introdução de coeficientes que as distinguissem, perante o público médico e o leigo, dos padrões em vigor até então. Neste sentido, "os rituais de seleção deveriam englobar critérios de classe, de gênero e moralidade destinados a fabricar os novos emblemas da profissão".<sup>(16)</sup>

A candidata ao curso de enfermagem da Escola de Enfermagem Anna Nery deveria ser mulher; ter de vinte a trinta e cinco anos (admitindo-se exceções para mais ou para menos, se a candidata apresentasse fortes indícios de que seria uma boa enfermeira); ter cursado a escola normal, ou feito estudos equivalentes (caso contrário deveria submeter-se a uma prova de suficiência); apresentar atestado médico firmado por médico de saúde pública avaliando suas condições de saúde física, mental e ausência de defeitos físicos; apresentar referências sobre suas qualidades morais e intelectuais, sendo levada em consideração a experiência da candidata em direção de casa, no serviço educativo e/ ou em firma comercial; deveria ainda ser solteira ou legalmente separada do marido.<sup>(6)</sup>

Conforme o Regulamento da EECC, aprovado pelo Decreto nº 11.384<sup>(17)</sup>, no ato da matrícula, a candidata deveria apresentar os seguintes documentos:

- a) Certidão de idade ou documento que a substituía em juízo, provando ser maior de 20 e menor de 38;
- b) Requerimento especificando o curso em que pretende matricular-se;
- c) Atestado de idoneidade moral firmado por duas pessoas idôneas;
- d) Caderneta sanitária, fornecida pela diretoria da saúde pública;
- e) Diploma de curso normal ou ginásial.

As candidatas que não puderem apresentar os documentos da letra "e" deverão submeter-se ao exame de admissão que constará de:

- a) Composição escrita em vernáculo sobre o assunto sorteado no momento; questões de gramática, análises, etc.;
- b) Problemas relativos às 4 operações fundamentais (inteiro, frações ordinárias e decimais, proporções e sistema métrico, regra de 3, etc.);
- c) Noções elementares sobre ciências naturais. Noções de física e química.
- d) Noções gerais de geografia, história do Brasil e universal;
- e) Tradução de um trecho de francês, inglês ou alemão, à escolha da candidata.

**CARACTERIZAÇÃO DAS ALUNAS  
DIPLOMADAS PELA ESCOLA DE  
ENFERMAGEM CARLOS CHAGAS**

**Idade e estado civil**

Mediante a análise dos dados, as alunas da EECC, no período do estudo e no ato de sua matrícula, pos-

suíam idade entre 16 e 46 anos, conforme a Tabela 1. Portanto, houve exceção no critério de seleção, estabelecido em Regulamento, que propunha que as candidatas tivessem na faixa de 20 a 38 anos. A faixa etária que mais se destacou foi a de 21 a 30 anos onde se concentram 53.33% das diplomadas.

**TABELA 1 – FAIXA ETÁRIA DAS ALUNAS DIPLOMADAS PELA ESCOLA DE ENFERMAGEM CARLOS CHAGAS: 1933-1950.**

Idade	Fi	%
15  - 20	34	22,67
20  - 25	56	37,33
25  - 30	24	16,00
30  - 35	23	15,33
35  - 40	10	6,67
40  - 45	2	1,33
45  - 50	1	0,67
<b>Total</b>	<b>150</b>	<b>100,00</b>

De acordo com Stewart<sup>(15)</sup>, sendo a idade recomendada para as candidatas ao curso de enfermagem de, no mínimo, 20 anos, e embora, em alguns países as estudantes fossem admitidas com menos idade, devia-se desencorajar essa prática, tanto para o bem da estudante, como para o bem dos doentes que estariam sob os seus cuidados. Contudo, desde que a maturidade nem sempre era (ou é) uma questão de idade, e algumas moças chegavam à maturidade física e mental mais precocemente que outras, poderia ha-

ver umas poucas exceções. Já a idade máxima recomendada, era de 35 anos, exceto quando uma candidata dava provas de excepcional adaptabilidade e facilidade de aprender.

Observando a Tabela 2, vê-se que, em relação ao estado civil, a maioria das alunas diplomadas eram solteiras — 90,00% —, sendo que as demais, — 10,00% —, dividiam-se em quatro categorias: casada (4,66%), viúva (2,67%), desquitada (0,67%) e não informado (2,00%).

**TABELA 2 - ESTADO CIVIL DAS ALUNAS DIPLOMADAS PELA EECC: 1933-1950.**

Estado Civil	Fi	%
Solteira	135	90,00
Casada	7	4,66
Desquitada	1	0,67
Viúva	4	2,67
Não Informado	3	2,00
<b>Total</b>	<b>150</b>	<b>100,00</b>

**ESCOLARIDADE, OCUPAÇÃO E  
PREPARO ANTERIOR DE ENFERMAGEM**

Os dados analisados e apresentados na Tabela 3 mostram que a maioria, 32%, das alunas possuía o curso normal, enquanto 29,34% possuíam o curso primário. As candidatas que não possuíam o curso normal ou o secundário fizeram, portanto, segundo o Regulamento da EECC, o exame de admissão e foram aprovadas no mesmo. Em diversos históricos escolares que foram compulsados, constavam as matérias e as respectivas notas obtidas pelas candidatas no exame de admissão. Foi observado, também, que esse exame constava de provas de Português, Matemática, Ciências, Geografia e História do Brasil.

Um dado interessante apresentado na Tabela 3 é que a somatória das escolaridades secundário, normal, profissional e superior, corresponde a mais da metade das alunas diplomadas — 51,58%. Isso representa uma escolaridade compatível à de um curso de nível superior e, não à de um curso técnico como era considerado o de enfermagem nessa época, apesar de suas idealizadoras pleitearem, desde o início da institucionalização do curso no País, a sua inserção na universidade. Além disso, é um dado muito significativo considerando o pouco acesso que as mulheres brasileiras tinham ao ensino formal nas primeiras décadas do século passado.

**TABELA 3 – ESCOLARIDADE ANTERIOR DAS ALUNAS DIPLOMADAS DA EECC: 1933-1950.**

<b>Curso</b>	<b>Fi</b>	<b>%</b>
Primário	61	38,36
Ginasial	5	3,14
Secundário	1	0,63
Secundário Incompleto	8	5,03
Normal	73	45,91
Normal Incompleto	1	0,63
Profissional	4	2,52
Superior	4	2,52
Não Informado	2	1,26
<b>Total</b>	<b>159</b>	<b>100,00</b>

Tratando-se da ocupação anterior das alunas diplomadas ao candidatarem-se ao curso de enfermagem, a Tabela 4 mostra que 34,00% eram professoras. Este dado indica que as candidatas portadoras do curso normal, completo ou não, exerciam o magistério primário. Ademais, as outras ocupações de maior des-

taque, como na própria área de saúde ou nos serviços do lar, atendiam aos critérios seletivos, conforme aqueles propostos pela Escola de Enfermagem Anna Nery. Um outro dado a ser destacado na Tabela 4 é o fato de a EECC ter diplomado, no período estudado, sete religiosas.

**TABELA 4 - OCUPAÇÃO ANTERIOR DAS ALUNAS DIPLOMADAS PELA EECC: 1933-1950.**

<b>Ocupação Anterior</b>	<b>Fi</b>	<b>%</b>
Área de Saúde	14	9,33
Bordadeira	3	2,00
Costureira	16	10,67
Datilógrafa, área comercial e outros	15	10,00
Estudante	14	9,33
Irmã de caridade	7	4,67
Trabalhos manuais, doméstica e do lar	16	10,67
Professora	51	34,00
Não Informado	14	9,33
<b>Total</b>	<b>150</b>	<b>100,00</b>

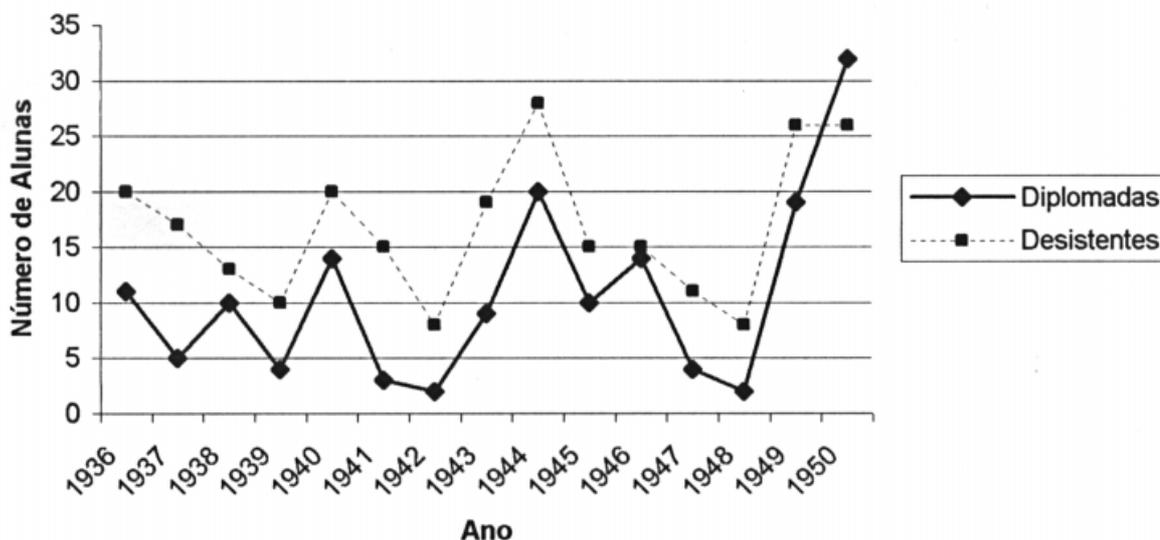
Se as candidatas ao curso de enfermagem possuíam ou não algum conhecimento e/ou preparo anterior na área da enfermagem, pode-se observar, na Tabela 5. Das 150 alunas diplomadas, 93 (62,00%) não possuíam nenhum conhecimento e 26 (17,33%) possuíam algum conhecimento sobre enfermagem. Este dado indica que a maioria das candidatas ingressava no curso de enfermagem praticamente sem ter noções sobre o trabalho da

enfermeira. Este fato é muito significativo porque, nessa época, a desistência do curso era elevadíssima, como mostra o Gráfico 1. O alto índice de desistência poderia ser justificado pelo desconhecimento sobre o trabalho da enfermeira. Entretanto, as razões da evasão do curso e outras lacunas que este estudo, com certeza, deixará, serão motivo para novas pesquisas pelos autores do presente estudo.

**Tabela 5 – Preparo ou conhecimento anterior em enfermagem pelas alunas diplomadas pela EECC: 1933-1950.**

<b>Conhecimento</b>	<b>Fi</b>	<b>%</b>
Sim	26	17,33
Não	93	62,00
Não Informado	31	20,67
<b>Total</b>	<b>150</b>	<b>100,00</b>

**Gráfico 1 - Número de alunas desistentes e diplomadas pela EECC, 1936-1950**



**Naturalidade e Religião**

As alunas diplomadas eram provenientes de diferentes estados brasileiros, porém, a maioria (90,00%) era natural de Minas Gerais. Pode-se observar que as candidatas ao curso, quase em sua totalidade (92,59%), procediam de diversas cidades do interior mineiro, e um número pouco expressivo (7,41%) era da capital do

Estado, conforme observa-se nas Tabelas 6 e 7. Esses dados indicam a falta de escolas para formação de mulheres no interior do estado. Por outro lado, o fato de a EECC possuir regime de internato funcionava como facilitador, pois, em decorrência desse aspecto, elas obtinham permissão dos familiares para ingressar na enfermagem.

**TABELA 6 - ESTADO DE ORIGEM DAS ALUNAS DIPLOMADAS PELA EECC: 1933-1950.**

Natural de:	Fi	%
Alagoas	2	1,33
Bahia	2	1,33
Ceará	1	0,67
Maranhão	3	2,00
Minas Gerais	135	90,00
Rio de Janeiro	5	3,33
Sergipe	1	0,67
Pernambuco	1	0,67
<b>Total</b>	<b>150</b>	<b>100,00</b>

**TABELA 7 - CIDADES MINEIRAS QUE ORIGINARAM MAIOR NÚMERO DE ALUNAS DIPLOMADAS PELA EECC: 1933-1950.**

Natural de:	Fi	%
Belo Horizonte	10	7,41
São João Del Rei	9	6,67
Barbacena	5	3,70
Demais cidades	111	82,22
<b>Total</b>	<b>135</b>	<b>100,00</b>

Tratando-se de religião, o Brasil é uma nação que, em teoria, defende a liberdade de culto religioso, apesar de ser ainda "um país católico". Assim, não podia ser diferente a orientação ou crença religiosa das alunas diplomadas. Ou seja, a maioria (92,67%) professava a religião católica,

conforme apresenta a Tabela 8. É curioso o fato de algumas alunas se declararem "católica, apostólica, romana", o que pode ser entendido como uma alusão ao movimento de romanização do catolicismo iniciado no Brasil Império e que se estendeu até meados do século passado.

**TABELA 8 - RELIGIÃO DAS ALUNAS DIPLOMADAS PELA EECC: 1933-1950.**

Religião	Fi	%
Católica	139	92,67
Evangélica	3	2,00
Não Informado	8	5,33
<b>Total</b>	<b>150</b>	<b>100,00</b>

**Condições de saúde**

Nas fichas de inscrição das candidatas, os espaços para o registro do exame médico e, em algumas fichas, do exame do dentista, encontram-se em branco. Não foram encontrados outros documentos que permitissem obter informações sobre outros testes e/ou exames. Assim, foi

possível levantar alguns dados sobre a vacinação anti-variolica (Tab. 9). Do total de 150 fixas examinadas, a maioria (59,33%) não possuía essa informação e (38,67%) indicaram que as candidatas informaram que tinham sido vacinadas. Já com relação à vacina anti-tífica, (62,67%) das fichas de inscrição não possuíam essa informação.

**TABELA 9 - VACINAÇÃO DAS ALUNAS DIPLOMADAS PELA EECC: 1933-1950.**

	Anti-varíola		Anti-tífica	
	Fi	%	Fi	%
Sim	58	38,67	16	10,67
Não	3	2,00	40	26,67
Não informado	89	59,33	94	62,67
<b>Total</b>	<b>150</b>	<b>100,00</b>	<b>150</b>	<b>100,00</b>

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados deste estudo permitiram apresentar uma caracterização do perfil da aluna diplomada pela Escola de Enfermagem Carlos Chagas no período de 1933 a 1950. Ademais, foi possível demonstrar que os critérios de seleção exigidos para o ingresso ao curso de enfermagem desde os primórdios de sua institucionalização como profissão, foram os adotados pela EECC, sendo que as suas candidatas enquadravam-se nos critérios estabelecidos em Regulamento.

O rigoroso processo seletivo das candidatas ao curso estabelecido pelas primeiras escolas de enfermagem era justificado em decorrência dos seguintes aspectos: "moralização" da prática da enfermagem; criação de uma profissão para a mulher reconhecida e legitimada pela sociedade; busca de construção de uma identidade profissional com status dentro das profissões da área da saúde; altas taxas de desistência ao curso o que ocorreria caso não houvesse uma seleção adequada e devido à possibilidade de as alunas, depois de formadas, não se adaptarem à profissão.

Mediante a análise e discussão dos dados foi constatado que o perfil delineado para a aluna diplomada pela Escola de Enfermagem Carlos Chagas se configurou como mulher; solteira; de 20 a 30 anos de idade; professora primária com curso normal; que desconhecia o trabalho da enfermeira antes do ingresso ao curso, proveniente do interior do Estado de Minas Gerais e que professava a religião católica.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

1. Minas Gerais. Decreto nº 10.952 de 7 de julho de 1933. Cria a Escola de Enfermagem Carlos Chagas. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 8 de julho de 1933.

2. Brasil. Lei nº 1.254 de 4 de dezembro de 1950. Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 8 dez. 1950.

3. Brasil. Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949. Dispõe sobre o ensino de enfermagem no País e das outras providências. Diário Oficial. da República Federativa do Brasil, Brasília, 13 ago, 1949.

4. Estado de Minas. Belo Horizonte, 05 jul. 1933.

5. Minas Gerais. Diário Oficial, Belo Horizonte, 06 jul. 1933.

6. Sauthier J, Barreira IA. As enfermeiras norte-americanas e o ensino da enfermagem na capital do Brasil: 1921-1931. Rio de Janeiro: Editora da Escola de Enfermagem Anna Nery/ UFRJ; 1999.

7. Miranda CML. O parentesco imaginário. Rio de Janeiro: Editora Cortez, UFRJ; 1994.

8. Almeida MCP, Rocha JSY. O saber de enfermagem e sua dimensão prática. São Paulo: Editora Cortez; 1986. 128 p.

9. Lima MJ. O que é enfermagem. São Paulo: Editora Brasiliense; 1994.

10. Miranda CML. O risco e o bordado: um estudo sobre a formação da identidade profissional. Rio de Janeiro: Editora da Escola de Enfermagem Anna Nery/ UFRJ; 1996.

11. Alcântara G. A enfermagem moderna como categoria profissional: obstáculos à sua expansão na sociedade brasileira [tese de concurso de professor titular]. Ribeirão Preto, SP: Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem; 1966.

12. Barreira IA. A enfermeira Annanéri no país do futuro. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; 1992.

13. Hall S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A; 2002.

14. Nightingale F. Notas sobre enfermagem. São Paulo: Cortez; 1989.

15. Stewart IM. Programa educativo de escolas de enfermagem. Conselho Internacional de Enfermagem: Genebra, 1934; SESP: Brasil, 1945.

16. Moreira MCM. A Fundação Rockefeller e a construção da identidade profissional de enfermagem no Brasil na Primeira República. História, Ciências, Saúde, Manguinhos, nov. 1998, fev. 1999; (3): 621-45.

17. Minas Gerais. Decreto n. 11.384. Aprova o Regulamento da Escola de Enfermagem Carlos Chagas. Belo Horizonte: Imprensa Oficial; 12 de junho de 1934.